

TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Taormina Participações S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Taormina Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Taormina Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

#### Investimento em coligada

Conforme nota explicativa nº 5 as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022 apresentam saldo de investimento em coligada, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 14.210 mil e resultado de equivalência patrimonial, apresentado nas demonstrações de resultado do exercício findo naquela data, no montante de R\$ 101 mil. As demonstrações contábeis da Coligada, em 31 de dezembro de 2022 apresentam saldo de "ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, no montante de R\$ 4.033 mil, referentes a contrapartida da mensuração a valor justo do acervo técnico, registrado como intangível, que são utilizados nos processos de avaliação de capacitação técnica em concorrências públicas ou privadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem o reconhecimento de ativo intangível gerados internamente. Consequentemente, ativo não circulante e patrimônio líquido da Companhia, estão está apresentados a maior em R\$ 900 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 05 de maio de 2023.

# TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota	2022		Nota	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	9	Empréstimos e financiamentos	6	5.587
		<u>9</u>			<u>5.587</u>
Não circulante			Patrimônio líquido	7	
Investimentos	5	14.210	Capital social		9.239
		<u>14.210</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(26)
			Reserva de lucros		<u>(581)</u>
					8.632
Total do ativo		<u>14.219</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>14.219</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A

## Demonstrações do resultado

Período de 13 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	8	(412)
Resultado da equivalência patrimonial	5	101
Outras receitas e despesas		(103)
Prejuízo antes dos resultados financeiros		<u>(414)</u>
Receitas financeiras		1
Despesas financeiras		(168)
Resultado financeiro líquido	9	<u>(167)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(581)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Período de 13 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

---

	2022
(=) Prejuízo do período	<u>(581)</u>
Ajustes de avaliação patrimonial	<u>(26)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(607)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Resultado Abrangente	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	-	-	-	-
Resultado do exercício (Não auditado)	-	-	-	-
13 de janeiro de 2022	-	-	-	-
Integralização de capital	9.239	-	-	9.239
Resultado Abrangente		(26)		(26)
Prejuízo do exercício	-	-	(581)	(581)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	<u>9.239</u>	<u>(26)</u>	<u>(581)</u>	<u>8.632</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 13 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2022
(=) Lucro do exercício	(581)
Ajustes:	
Equivalência patrimonial	(101)
Prejuízo do exercício ajustado	(682)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(682)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de investida	(14.135)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.135)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Captação de empréstimos	5.587
Aumento de capital	9.239
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	14.826
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Informações gerais

A Taormina Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 13 de janeiro de 2022 e tem como objeto a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, como acionista ou quotista. Seu endereço é na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, no bairro Jardim Paulistano, Edifício Plaza Iguatemi Business Center, salas nº 1.401 e 1.402, na cidade e Estado de São Paulo.

Em 4 de outubro de 2022, a Companhia adquiriu 22,29% da Éfficopar Participações Societárias S.A. (“Investida”) por R\$ 14.134, que tem por objeto social atuar em todas as áreas do saneamento básico (projetos, operação, gestão de serviços e obras).

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 05 de maio de 2023. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26(R1) (apresentação das demonstrações contábeis).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.4. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## 3. Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.2. Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as práticas contábeis das coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

### 3.3. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 3.4. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

#### 3.5. Investimentos em coligadas

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as práticas contábeis das coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Empresa.

#### 3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### 3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e Leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

3.8. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais serão efetivas para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia declara que não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis:

Normas e emenda a normas	Descrição da norma	Aplicações obrigatórias com início ou após
Alterações ao CPC 25/IAS 37	Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato	1º de janeiro de 2022
Alterações ao CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48.	Reforma da taxa de juros de referência	01 de janeiro de 2021
Alteração ao CPC 06/IFRS 16	Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19	01 de janeiro de 2021
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01 de janeiro de 2021
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2021
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	01 de janeiro de 2021
IFRS 17	Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2021

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia encontra-se em fase inicial de análise de adoção dessas normas, alterações e interpretações, haja vista que, para o momento, não há expectativa de impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

### 3.9. Instrumentos financeiros

#### Ativo financeiro

##### (a) Classificação de ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL.

Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### (d) Desreconhecimento de ativos financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

#### Passivos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

##### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

#### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>2022</u>
Bancos conta movimento	1
Certificado de depósito bancário	<u>8</u>
	<u>9</u>

As aplicações financeiras são em sua grande maioria compostas por aplicações automáticas e por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e possuem liquidez imediata com taxa de remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Administração da Empresa tem intenção de utilização destes valores em um prazo máximo de 90 dias.

#### 5. Investimentos

Em 4 de outubro de 2022, a Companhia adquiriu 22,29% da Éfficopar Participações Societárias S.A. ("Investida") por R\$ 14.134, que tem por objeto social atuar em todas as áreas do saneamento básico (projetos, operação, gestão de serviços e obras).

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>
Dados da investida:	
Capital social - R\$ (mil)	6.083
Patrimônio líquido (*)	29.224
(Prejuízo) do exercício	(4.712)
Dados da investidora:	
Quantidades de ações possuídas	1.355.920
Percentual de participação	22,29%
Resultado de equivalência patrimonial	101
Saldo do investimento	<u>14.210</u>
	<u>Éfficopar</u>
Movimentação do investimento:	
Aumento de capital (ii)	6.439
Ágio	7.696
Resultado de equivalência patrimonial	101
Ajuste de avaliação patrimonial	(26)
Saldo do investimento em 31/12/22 (i)	<u>14.210</u>

- i. Inclui o ágio (*goodwill*) resultante da aquisição da coligada, no montante de R\$ 7.696, o qual está representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da investida adquirida.
- ii. Os aumentos de capital realizados ao longo do exercício foram realizados com o objetivo de financiar as operações da investida.

## 6. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2022
Itaú Unibanco	Cédula de crédito bancário	Variação do CDI + 1,98%	Out-2023	5.587
(a)		a.a		<u>5.587</u>
Circulante				-
Não circulante				5.587

- (a) Em 09 de abril de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimos em reais no valor de R\$5.420 junto ao Itaú Unibanco S.A., a uma taxa de 100% da variação do CDI e juros de 1,98% ao ano na modalidade CCB.

O saldo classificado como não circulante tem vencimento conforme apresentado a seguir:

	<u>2022</u>
2023	<u>5.587</u>
	<u>5.587</u>

No decorrer do exercício de 2022 a conta de empréstimos e financiamentos apresentou a seguinte movimentação:

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	-
Captações	5.420
Juros acruados	167
Saldo final	<u>5.587</u>

## 7. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social, no valor de R\$ 9.239 está representado por 9.239.845 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de outubro de 2022 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 9.135 através da emissão de 9.134.533 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados na mesma data.

Em 31 de outubro de 2022 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 104 através da emissão de 104.212 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser integralizado até 29 de janeiro de 2023.

	Número de quotas	<u>2022</u>	<u>%</u>
Vinci Impacto e Retorno IV FIP-ME	9.239.845	9.239	100%
	<u>9.239.845</u>	<u>9.239</u>	<u>100%</u>

### b) Prejuízo por ação

	<u>Nº de Ações</u>	<u>Prejuízo do exercício</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
31/12/2022	9.239.845	(4.733)	0,5123

## 8. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>
Serviços de contabilidade	(20)
Serviços advocatícios	(17)
Serviços prestados no exterior	(199)
Serviços de assessoria e consultoria	(77)
Emolumentos judiciários	(99)
	<u>(412)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 9. Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>
Receitas financeiras	
Receitas de aplicações financeiras	<u>1</u>
	1
Despesas financeiras	
Despesas bancárias	<u>(168)</u>
	(168)
Total do resultado financeiro líquido	<u><u>167</u></u>

## 10. Instrumentos financeiros

### Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

### Riscos de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores referentes a seus serviços. A política de venda da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de venda por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

### Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 11. Eventos subsequentes

- a. Em 16 de janeiro de 2023 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 50 através da emissão de 53.191 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser integralizado até 16 de abril de 2024.
- b. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes perdem o efeito se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema.

Nessa linha, a análise sobre os impactos advindos do julgamento dos Temas 881 e 885 passa pelo exame/confirmação de dois pontos: (i) existência de coisa julgada favorável, em ação individual vinculada a relação jurídica de trato continuado, reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança tributária; e (ii) superveniência de decisão desfavorável do STF, em repercussão geral ou controle concentrado, declarando a constitucionalidade da cobrança.

Em relação aos processos judiciais tributários da Companhia e suas controladas, não foram identificados quaisquer impactos decorrentes do julgamento dos Temas 885 e 881, sobretudo porque todos ainda dependem de trânsito em julgado.

TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 45.019.905/0001-41

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

---

TAORMINA PARTICIPAÇÕES S.A.

---

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001137/O-0

Glória Cunha dos Santos

CRC-RJ 059.507/O-0 - Contadora